

**PLANO DE DADOS ABERTOS
PARA A FUNDAÇÃO
JOAQUIM NABUCO**

Outubro/2021 a Outubro/2023



APRESENTAÇÃO

Este documento possui a finalidade de apresentar o planejamento institucional para a abertura e divulgação, em formato aberto, dos dados produzidos ou custodiados (acervos arquivísticos privados, museológicos e bibliográficos) pela Fundação Joaquim Nabuco - Fundaj, entidade vinculada ao Ministério da Educação.

Sua elaboração está em consonância com a Política de Dados Abertos do poder Executivo Federal, instituída pelo Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, e pretende aprimorar e fortalecer o processo já consolidado de acesso e disponibilização de dados à sociedade, e de transparência pública de suas informações institucionais e administrativas.

O Plano de Dados Abertos da Fundaj (PDA/Fundaj) terá a periodicidade bienal, com vigência de dois anos a contar da sua data de aprovação, , segundo Resolução nº 3/2017 CGINDA Art. 3º.

Os dados a serem disponibilizados serão selecionados considerando o grau da demanda, a relevância das informações para os cidadãos, as normas legais e regulamentares aplicáveis e o alinhamento com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTIC), da Fundaj.

SUMÁRIO

[PLANO DE DADOS ABERTOS](#)

[PARA A FUNDAÇÃO](#)

[JOAQUIM NABUCO](#)

[APRESENTAÇÃO](#)

[INTRODUÇÃO](#)

[CENÁRIO INSTITUCIONAL](#)

[2.1. PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO COMUNICAÇÃO \(PDTIC\)](#)

[OBJETIVOS](#)

[3.1. OBJETIVO GERAL](#)

[3.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS](#)

[CONSTRUÇÃO E EXECUÇÃO DO PLANO DE DADOS ABERTOS](#)

[4.1 DEFINIÇÃO DOS DADOS A SEREM ABERTOS](#)

[4.2. ESTRATÉGIAS PARA ABERTURA](#)

[7. GOVERNANÇA](#)

[8. CATALOGAÇÃO NO PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS](#)

[8.1 PREMISSAS](#)

[9. SUSTENTAÇÃO](#)

[10. MONITORAMENTO E CONTROLE](#)

[11. MELHORIA DA QUALIDADE DOS DADOS](#)

[12. COMUNICAÇÃO](#)

[13. PLANOS DE AÇÃO](#)

imprensa@fundaj.gov.br

[ANEXOS:](#)

[ANEXO - I](#)

[ANEXO - II](#)

[ANEXO - IV GLOSSÁRIO](#)

1. INTRODUÇÃO

Por meio deste documento, a Fundaj torna pública a sua Política de Dados Abertos (PDA/Fundaj), contemplando os procedimentos a serem observados pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional, com o fim de garantir o acesso à informação previsto no inciso XXXIII do art.1 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal e nos procedimentos previstos nas leis nº 12.537 de 18 de novembro de 2011 e nº 12.965 de 23 de abril de 2014 e no Decreto nº 8.777 de 11 de maio de 2016.

2. CENÁRIO INSTITUCIONAL

A Fundação Joaquim Nabuco - Fundaj foi criada pela Lei nº 6.687, de 17 de setembro de 1979, por transformação do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, autarquia vinculada ao então Ministério da Educação e Cultura, vindo a ser instituída em 1980 através do decreto nº 84.561, de 15 de março.

A Fundaj tem sede e foro na cidade do Recife e encontra-se vinculada ao Ministério da Educação - MEC. Sua área de atuação é constituída pelas regiões Norte e Nordeste do País, e sua finalidade é promover estudos e pesquisas no campo das ciências sociais.

Segundo a Lei de sua criação, são objetivos da Fundaj: I - estudar os problemas sociais relacionados direta e indiretamente com a melhoria das condições de vida do trabalhador brasileiro, especialmente do trabalhador rural; II - promover estudos e pesquisas destinadas à compreensão da realidade socioeconômica e cultural das regiões que constituem sua área de atuação; III - promover, no campo das ciências sociais, o aperfeiçoamento e a especialização de pessoal para empreendimentos públicos e privados; IV - orientar, promover e difundir o estudo das técnicas de pesquisa social; V - contribuir para a aceleração do processo de desenvolvimento empresarial brasileiro; VI - promover, mediante acordos, convênios e contratos com instituições públicas e privadas, a execução de pesquisas, planos e projetos; VII - prestar assistência técnica em assuntos relacionados com suas atividades; VIII - pesquisar e estimular manifestações culturais regionais; IX - promover a documentação e a museologia, objetivando preservar os valores histórico-culturais; e X - dispensar, em seu campo de atividades e sempre que possível, assistência educacional gratuita a estudante carentes.

De acordo com o seu atual Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a Fundaj possui como missão gerar conhecimento no campo das humanidades com a finalidade de atender a demandas e necessidades relacionadas à educação e à cultura,

compreendidas de forma interdependente, com vistas ao desenvolvimento justo e sustentável da sociedade brasileira.

A atuação da Fundaj contempla três eixos centrais de atividades: a pesquisa social; a documentação histórica e cultural das regiões que constituem a sua área de atuação; e a formação nos níveis de pós-graduação lato e stricto sensu, e de aperfeiçoamento de pessoal para empreendimentos públicos e privados. Nos termos do seu atual Estatuto Social aprovado pelo Decreto nº 8.994, de 1º de março de 2017: (a) à Diretoria de Pesquisas Sociais, no campo das ciências sociais, compete: I - desenvolver e executar estudos relacionados com a cultura, a memória e a identidade; II - formular, planejar e coordenar linhas de pesquisa da FUNDAJ, em conjunto com as demais Diretorias; III - desenvolver e executar estudos, planos e projetos, por sua iniciativa ou em parceria com instituições públicas e privadas, destinados à compreensão da realidade socioeconômica e territorial brasileira; e IV - promover e difundir técnicas de pesquisa; (b) à Diretoria de Memória, Educação, Cultura e Arte compete: I - formular, planejar e coordenar as políticas de divulgação científica, de difusão cultural e de memória da FUNDAJ, em conjunto com as demais Diretorias; II - registrar, salvaguardar e restaurar a memória histórico-cultural representativa da sociedade brasileira, nos campos da museologia e da documentação histórica; e III - promover o acesso ao acervo institucional e ao conhecimento produzido por meio de estudos, pesquisas, projetos e cursos nas inter-relações entre arte, cultura, memória e educação; e à Diretoria de Formação Profissional e Inovação compete: I - formular, planejar e coordenar a política de formação da FUNDAJ, em conjunto com as demais Diretorias; II - planejar, coordenar e executar atividades voltadas à formação, nos níveis de pós-graduação lato e stricto sensu, e ao aperfeiçoamento de pessoal para empreendimentos públicos e privados nas áreas de atuação da FUNDAJ; e III - desenvolver programas de cooperação nacional e internacional destinados a suas finalidades institucionais.

Com 71 anos de existência – pois o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais foi criado pela Lei nº 770 de 21 de julho de 1949 -, a Fundaj tem acumulado *expertise* na execução de inúmeras pesquisas no campo das ciências sociais e humanas, sendo também um centro de referência nacional no tocante à guarda e difusão de acervos arquivísticos privados, museológicos e

bibliográficos, além de exercer um papel fundamental na formação de gestores públicos, professores e pesquisadores.

2.1. PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO COMUNICAÇÃO (PDTIC)

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) é o instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação (TI) que visa atender às necessidades tecnológicas e de informação da Fundação Joaquim Nabuco - Fundaj, as metas a serem alcançadas, as ações a serem desenvolvidas e os prazos para implantação.

A elaboração e atualização regular do PDTIC pelos órgãos federais é previsão estabelecida no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP. O SISP agrega as atividades de planejamento, coordenação, organização, operação, controle e supervisão dos recursos de TI dos órgãos e entidades da administração pública federal.

O PDTIC/Fundaj 2020-2022 está organizado da seguinte forma: a seção inicial procura contextualizar a elaboração do PDTIC e as questões que devem orientar sua implantação. A seção seguinte apresenta os princípios norteadores da elaboração do Plano e as diretrizes associadas. Em seguida é apresentado o referencial estratégico de TI, a metodologia aplicada e os resultados dos questionários aplicados, entrevistas realizadas e a análise SWOT. As seções posteriores compõem-se do inventário das necessidades, dos planos de metas, das ações de gestão de risco e dos fatores críticos.

3. OBJETIVOS

3.1. OBJETIVO GERAL

Promover, ampliar e aprimorar a abertura de dados da Fundaj, zelando e garantindo pelos princípios da publicidade, transparência, eficiência e eficácia na Administração Pública, com o compromisso da divulgação permanente e atualizada de dados de interesse público, visando o aumento da disseminação de dados para e informações para a sociedade, bem como a melhoria da qualidade dos dados publicados, de forma a dar maior suporte ao controle social e à tomada de decisão pelos gestores públicos.

3.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O PDA da Fundaj possui os seguintes objetivos específicos:

1. Identificar e priorizar dados em formatos abertos para divulgação;
2. Melhorar a qualidade dos dados publicados;
3. Facilitar o acesso aos dados abertos divulgados;
4. Estimular a interoperabilidade de dados e sistemas governamentais pela publicação de dados em formato processável por máquina, conforme padrões estabelecidos;
5. Melhorar a gestão de dados e informações da Fundaj;
6. Incrementar os processos de transparência e de acesso a dados e informações públicas; e
7. Fomentar a produção de conhecimento e a gestão pública participativa, a partir da utilização de dados abertos pela sociedade civil.

4. CONSTRUÇÃO E EXECUÇÃO DO PLANO DE DADOS ABERTOS

Para execução do Plano de Dados Abertos foi definido plano com ações e etapas a serem concluídas durante a vigência do composto por itens como:

1. Definição de dados a serem abertos e plano de ação com metas e prazos para elaboração do PDA e abertura de bases;
2. Definição de pontos focais em todas as áreas da Fundação Joaquim Nabuco;
3. Levantamento do inventário de dados da CGU;
4. Classificação dos dados do inventário em: dados publicados, não publicados e sigilosos;
5. Consulta pública com foco nos dados não publicados e livres de sigilo;
6. Definição dos dados que serão abertos durante a vigência do PDA, conforme o resultado da matriz de priorização, adotando, minimamente, os critérios listados no Art.1º da Resolução nº 3/2017, do CGINDA;
7. Elaboração e publicação de devolutiva à sociedade a respeito da consulta pública;
8. Definição de cronograma de abertura de bases com bases e prazos definidos;
9. Definição dos responsáveis pelo preparo, abertura e atualização dos dados;
10. Capacitação dos responsáveis pelos dados selecionados, sobre:
 - Processo de publicação de dados abertos;
 - Processo de catalogação dos metadados no portal dados.gov.br;
 - Processo de catalogação dos metadados na Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE, caso georreferenciados.

11. Utilização de metodologia de abertura de dados a ser seguida pelas áreas responsáveis;
12. Publicação dos dados, obedecendo cronograma de abertura, conforme seção VIII deste Plano. Plano de dados abertos
13. Promoção das ações de fomento ao uso e reuso das bases da CGU.
14. Acompanhamento contínuo do cumprimento do cronograma de abertura de bases.

4.1 DEFINIÇÃO DOS DADOS A SEREM ABERTOS

Abertura dos dados da Fundaj levará em conta os seguintes critérios de seleção:

1. O grau de relevância para o cidadão, observando-se as demandas encaminhadas via e-SIC, bem como os setores e serviços mais procurados nas páginas eletrônicas da Fundaj;
2. Os normativos legais e os compromissos formalmente assumidos pela Fundaj, inclusive perante organismos internacionais- Open Government Partnership (OGP);
3. O alinhamento perante o , PDTIC e com as políticas setoriais de Pesquisa, de Acervos, de Formação e de Divulgação Científica e Cultural da Fundaj;
4. O conjunto de informações e sistemas sob a gestão da Fundaj que são de uso obrigatório transversal no governo federal; e
5. O nível de maturidade da organização das informações e dados existentes.

4.2. ESTRATÉGIAS PARA ABERTURA

A abertura de dados e informações a serem abertos, além de observar a tabela do Anexo do Decreto nº 8.777 de 11 de maio de 2016, deverá seguir os passos:

- I. Identificação dos conjuntos e categorias de dados candidatos à publicação;
- II. Priorização e seleção dos dados que serão abertos;
- III. Definição de responsáveis pelo preparo e atualização dos dados e detalhamento de plano de ação com metas e prazos;
- IV. Consolidação da matriz de responsabilidades e definição da governança;
- V. Definição e utilização de metodologia de abertura de dados a ser seguida pelas áreas responsáveis da Fundaj;
- VI. Capacitação dos responsáveis nas áreas de negócio dos dados selecionados para abertura sobre:
 - a) processo de publicação de dados abertos;
 - b) processo de catalogação dos metadados no dados.gov.br; e
 - c) processo de catalogação dos metadados na Fundaj, caso georreferenciados;
- VII. Definição da infraestrutura e da arquitetura tecnológica para abertura dos dados dos diversos sistemas; e
- VIII. Publicação das bases de dados, conforme cronograma estabelecido no Portal da Fundaj.

Após levantamento de inventário e filtragem de bases que podem ser abertas, foi **realizada consulta pública** no sítio eletrônico fundaj.gov.br entre 27 a 29 de Setembro de 2021, na qual foram relacionadas todas as bases de dados mantidas pelo órgão que tiveram autorização de abertura.

A consulta permitiu atribuir peso para definir a preferência pelas bases de dados que acharem mais relevantes para disponibilização.

Após construção de matriz de priorização foi definido cronograma para abertura e divulgação dos dados no site da Fundaj, bem como nas plataformas governamentais pertinentes.

5- DADOS SELECIONADOS

A abertura das bases de dados da Fundação Joaquim Nabuco foi planejada para, sobretudo, atender às premissas do interesse público, bem como aos princípios basilares da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência/eficácia.

Foram adotados critérios contidos no Art. 1º da Resolução nº 3/2017, do CGINDA:

1. Grau de relevância para o cidadão (Resolução nº 3/2017, do CGINDA, Art.1º, I, §1º);
 2. Mais solicitados em transparência passiva desde o início da vigência da LAI (Resolução nº 3/2017, do CGINDA, Art.1º, VIII);
 3. Estímulo ao controle social (Resolução nº 3/2017, do CGINDA, Art.1º, II);
 4. Obrigatoriedade legal/compromisso assumido de disponibilização daquele dado (Resolução nº 3/2017, do CGINDA, Art.1º, III);
 5. Referência a projetos estratégicos do governo (Resolução nº 3/2017, do CGINDA, Art.1º, IV)
 6. Demonstração de resultados diretos e efetivos dos serviços públicos (Resolução nº 3/2017, do CGINDA, Art.1º, V);
 7. Capacidade de fomento ao desenvolvimento sustentável (Resolução nº 3/2017, do CGINDA, Art.1º, VI);
 8. Possibilidade de fomento a novos negócios na sociedade (Resolução nº 3/2017, do CGINDA, Art.1º, VII);
 9. Alinhamento perante o Planejamento Estratégico da CGU (critério adicionado pela CGU);
 - ***10. Vinculação a sistema estruturante e/ou utilizado por vários órgãos (critério adicionado pela CGU). Plano de dados abertos • Controladoria-Geral da União
- 12 Grau de relevância para o cidadão (Resolução nº 3/2017, do CGINDA, Art.1º, I, §1º) Para conhecer o grau de relevância das bases de dados da CGU para o cidadão, foi realizada uma consulta pública pelo período de 16 dias (de 29/10/20 a 13/11/20) no site do órgão. Ao todo, foram registrados 39 acessos e 527 votos, distribuídos conforme exposto abaixo:

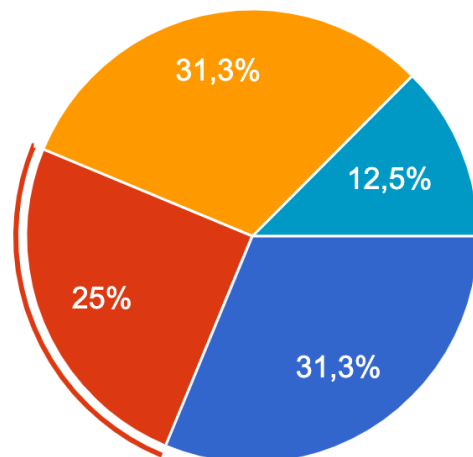
6- RELEVÂNCIA PARA O CIDADÃO (Resolução nº 3/2017, do CGINDA, Art.1º, I, §1º)

Visando conhecer o Grau de relevância ao cidadão foi realizada consulta pública no período de 17 a 19 de Setembro de 2021 no site da Fundaj. Ao todo, foram registrados 16 acessos, a saber:

RESULTADO DA CONSULTA PÚBLICA REALIZADA ENTRE 27 A 29 DE SETEMBRO DE 2021 CONSIDERANDO AS BASES QUE AINDA NÃO FORAM ABERTAS PELA FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO	
NOME DA BASE DE DADOS	TOTAL DE VOTOS
Impactos Socioeconômicos e Ambientais da Contaminação por Petróleo Nas Praias do Litoral da Região Nordeste.	5
A expansão dos Institutos Federais de Educação: perfil e condições de trabalho dos Docentes da Educação Básica, Técnica e Tecnológica	5
Acompanhamento longitudinal do desempenho escolar de alunos da rede pública de ensino fundamental do Recife	4
Acompanhamento Longitudinal do desempenho escolar de alunos da rede pública de ensino fundamental do Recife (Escolas 2018)	2
Planos de Ação Articulada - PAR	0
Acompanhamento Longitudinal do desempenho escolar de alunos da rede pública de ensino fundamental do Recife (Escolas 2017)	0

6.1. ESTATÍSTICAS

16 respostas



- Impactos Socioeconômicos e Ambientais da Contaminação por Petr...
- Acompanhamento longitudinal do desempenho escolar de alunos da red...
- A expansão dos Institutos Federais de Educação: perfil e condições de trabal...
- Planos de Ação Articulada - PAR - Avaliação do Plano de Ações Articula...
- Acompanhamento Longitudinal do de...
- Acompanhamento Longitudinal do de...

6.2. MATRIZ DE PRIORIZAÇÃO

Nome da Base de Dados	Grau de relevância para o cidadão (consulta pública) (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, I, §1º)	Mais solicitados em transparência passiva desde a LAI (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, VIII)	Estímulo ao controle social (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, II)	Possui obrigatoriedade legal/compromisso assumido de disponibilização daquele dado (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, III)	Refere-se a projetos estratégicos do governo (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, IV)	Demostra resultados diretos e efetivos dos serviços públicos (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, V)	Capacidade de fomento ao desenvolvimento sustentável (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, VI)	Possibilidade de fomento a novos negócios na sociedade (Resolução nº03 CGINDA, Art.1º, VII)	TOTAL (somatório do peso do critério*valor atribuído a cada base)	ORDEM DE ABERTURA
PESO DO CRITÉRIO	5	4	4	2	3	5	3	4		
*Impactos Socioeconômicos e Ambientais da Contaminação por Petróleo Nas Praias do Litoral da Região Nordeste.										
Acompanhamento longitudinal do desempenho escolar de alunos da rede pública de ensino fundamental do Recife	3	0	1	2	0	1	3	0	37	3 base a ser aberta
A expansão dos Institutos Federais de Educação: perfil e condições de trabalho dos Docentes da Educação Básica, Técnica e Tecnológica	2	0	0	2	0	0	2	0	20	4 base a ser aberta
Planos de Ação Articulada - PAR	3	0	1	2	3	3	2	0	53	1 base a ser aberta
Acompanhamento Longitudinal do desempenho escolar de alunos da rede pública de ensino fundamental do Recife (Escolas 2017)	0	0	1	2	3	3	3	0	41	2 base a ser aberta
Acompanhamento Longitudinal do desempenho escolar de alunos da rede pública de ensino fundamental do Recife (Escolas 2018)	0	0		2	0	0	2	0	10	6 base a ser aberta
	1	0		2	0	0	2	0	15	5 base a ser aberta
Valor do critério										
Não se aplica	0									
Baixo	1									
Médio	2									
Alto	3									

7. GOVERNANÇA

O cumprimento do PDA da Fundaj será assegurado por um sistema colaborativo de ampla participação, dentro qual incumbirá:

- a - ao Comitê de Governança Digital aprovar previamente a abertura dos dados a serem abertos conforme proposta encaminhada e acompanhando a execução do PDA em nível estratégico;
- b - o Comitê de Governança Digital a função de exercer a curadoria como responsável pela avaliação da qualidade e persistência dos dados publicados; e
- c - às diretorias e unidades setoriais coordenar os processos de abertura dos seus dados respectivos de acordo com o plano de ação do PDA.

8. CATALOGAÇÃO NO PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS

O processo de catalogação no Portal Brasileiro de Dados Abertos deverá estar previsto na Portaria a ser editada pelo Presidente da Fundaj, após a aprovação deste PDA pelo Comitê de Governança Digital, que delimitam as responsabilidades das diretorias e demais unidades setoriais da Fundaj no fornecimento das informações que comporão as bases de dados. Os dados considerados relevantes para a sociedade deverão ser publicados no formato disponível, com informações precisas quanto a eventuais limitações na qualidade destes e o prazo para futuros aprimoramentos.

8.1 PREMISSAS

O processo de abertura de dados da Fundaj observou as seguintes premissas:

1. Publicação de dados considerados relevantes para a sociedade com a maior brevidade possível, no formato disponível e informando eventuais limitações de qualidade dos dados;
2. Publicação dos dados e seus metadados na forma estabelecida no Plano de ação da INDA, segundo o qual cada conjunto de dados deve conter, no mínimo:
 - a. Nome ou título do conjunto de dados;
 - b. Descrição sucinta;
 - c. Palavras-chave (etiquetas);
 - d. Assuntos relacionados no Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico VCGE;
 - e. Nome e correio eletrônico do setor responsável pelos dados;
 - f. Periodicidade de atualização;

- g. Escopo temporal (anual, semestral, bimestral, mensal ou diário);
 - h. Escopo geopolítico (por cidade, estado ou região);
3. Observância das normas e padrões da INDE, no caso de dados georeferenciados;
 4. Publicação dos dados da Fundaj seguindo os padrões definidos pela e-PING, pela Infraestrutura Nacional de Dados Abertos - INDA e pela Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE e Governo Eletrônico;
 5. Catalogação dos dados abertos da Fundaj no Portal Brasileiro de Dados Abertos, ponto central de acesso aos dados do Governo Federal;
 6. Catalogação dos dados geoespacializados na INDE;
 7. Promoção da integração entre os catálogos de metadados da INDA e INDE;
 8. Atualização e sincronização dos dados publicados com a origem, com a menor periodicidade e maior granularidade viáveis, mediante um processo contínuo, especialmente no caso de sistemas estruturantes, com ganhos de eficiência em comparação a extrações pontuais;
 9. Utilização, como forma de disseminação, dos ambientes do Portal Brasileiro de Dados Abertos do Governo Federal e da página institucional de dados abertos da Fundaj, ([https://www.fundaj.gov.br/index.php/area-de-imprensa/12017-](https://www.fundaj.gov.br/index.php/area-de-imprensa/12017-10)
 10. **acesso-a-informacao**), mantendo URL fixa”

9. SUSTENTAÇÃO

O Comitê de Governança Digital desempenhará a função de previamente aprovar a publicação de dados e acompanhará a execução do PDA a nível estratégico, devendo o Presidente da Fundaj, em 60 (sessenta) dias após a publicação da Resolução de aprovação do PDA pelo CGD editar Portaria delimitando as responsabilidades das diretorias e demais unidades setoriais da Fundaj no fornecimento das informações que comporão as bases de dados.

O Comitê de Governança Digital no mesmo prazo, aprovará Resolução específica e será o responsável por recomendar a abertura de dados às Diretorias e demais unidades e setores da Fundaj, em definir os modelos de licença para os dados abertos e acompanhar a execução do PDA no âmbito da Instituição. Farão parte desta Câmara os titulares da Assessoria Institucional (Asses) e da Assessoria de Comunicação (Ascom), ambas do Gabinete da Presidência (Gabin), a Coordenação da Tecnologia da Informação (Ctinfo), da Diretoria de Planejamento e Administração (Diplad), e a Ouvidoria da Fundaj.

O Comitê de Governança Digital Solicitará autorização ao Gabinete da Presidência para a publicação dos dados e será responsável pela curadoria dos metadados do Portal Brasileiro de Dados Abertos (dados.gov.br), compreendo as seguintes atividades:

1. Verificação, para efeitos de publicação, se os dados estão de acordo com os padrões da INDA e INDE (metadados atualizados contendo a descrição, contatos dos responsáveis pelas informações e dos outros metadados associados a cada conjunto de dados);
2. Comunicação com a unidade administrativa responsável pelos dados, caso seja verificada a indisponibilidade de algum dos arquivos catalogados; e
3. Identificação e elaboração de propostas para possíveis melhorias de qualidade dos dados disponibilizados e novos conjuntos de dados candidatos a abertura, a partir da experiência do atendimento das manifestações por meio do SIC, e das

demandas de informação pela sociedade e da gestão de dados pelo próprio CGD.

Em qualquer hipótese os responsáveis pelas informações serão as diretorias e unidades setoriais da Fundaj, que devem, inclusive, informar a acurácia e qualidade das informações nos metadados respectivos.

10. MONITORAMENTO E CONTROLE

O acompanhamento do PDA será exercido, ao lado do CGD, pela autoridade designada nos termos do art. 40 da Lei nº 12.527 de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), cabendo a esta última, ademais, além das atribuições previstas no § 4º do art. 5º do Decreto nº 8.777/2016, orientar as unidades setoriais responsáveis pelo desenvolvimento de rotinas para fornecer dados que alimentarão o portal.

O CGD também caberá elaborar relatório anual para publicização dos dados disponibilizados, o qual deve incluir, entre outras informações, as estatísticas de consulta aos dados, uso das APIs e acesso aos dados na fonte.

11. MELHORIA DA QUALIDADE DOS DADOS

Este PDA segue a premissa das estratégias para abertura de dados acima indicadas, e procura disponibilizar os dados considerados mais relevantes para a sociedade o mais rápido possível, no formato disponível, com a qualidade de conteúdo que os dados apresentarem.

Desta maneira, o PDA também deverá propor ações permanentes de melhoria que garantam melhores formatos e qualidade das informações, baseando-se no modelo da maturidade dos dados, conforme o Plano de Ação da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos - INDA.

12. COMUNICAÇÃO

A institucionalização do PDA, sua governança e revisões serão amplamente divulgadas e comunicada à Fundaj e à sociedade através do seu *site*.

Ademais, para fomentar a participação social, observando os princípios da transparência e da publicidade, serão utilizadas as seguintes ferramentas:

- a – promoção de eventos de dados abertos, fomentado o uso e reuso de dados públicos;
- b - consultas Públicas;
- c - catalogação das informações em URL fixa no âmbito da Fundaj, além de sua publicação no Portal Brasileiro de Dados Abertos e no *site* da Fundaj, conforme a natureza do dado;
- d - publicação de relatório anual, contendo estatísticas de consulta aos dados, uso das APIs e acesso aos dados na fonte;
- e - publicação de notícias e releases no *site* da Fundaj e divulgação em outros canais, incluindo imprensa, redes sociais e outros espaços de divulgação.

13. PLANOS DE AÇÃO

A seguir, a descrição das iniciativas e os prazos para elaboração, sustentação, implantação e publicação do PDA da Fundaj, bem como as ações de promoção e fomento ao uso e reúso das suas bases de dados

I- Cronograma de elaboração e sustentação do PDA:			
Ação	Atividade	UNIDADE E CONTATO DO RESPONSÁVEL	Prazo/Meta
1.	Pontos focais por área	Todas as áreas	03/09/2021 a 14/09/2021
2.	Levantamento de todas as bases de dados de todas as áreas da Fundaj	Todas as áreas	14/09/2021 a 21/09/2021
3.	Consolidar novo inventário	Ctinfo -(81)3073-6388	22/09/2021
4.	Abrir consulta pública	Ctinfo -(81)3073-6388	27/09/2021
5.	Priorizar bases de dados	Todas as áreas com bases passíveis de abertura	29/09/2021
6.	Definir o cronograma de abertura	Todas as áreas com bases passíveis de abertura	29/09/2021
7.	Finalizar o texto do PDA	Ctinfo -(81)3073-6388	29/09/2021
8.	Aprovação do PDA	Presidência da Fundação Joaquim Nabuco e comitê de governança interna da Fundaj	29/09/2021
9.	Publicação do PDA	Ctinfo -(81)3073-6388	29/09/2021
11.	Conclusão do PDA	Ctinfo -(81)3073-6388	28/10/2023

II- Cronograma de abertura de bases:				
NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE	UNIDADE E CONTATO DO RESPONSÁVEL PELA BASE	META/PRAZO	FREQUÊNCIA DE ATUALIZAÇÃO
Impactos Socioeconômicos e Ambientais da Contaminação por Petróleo Nas Praias do Litoral da Região Nordeste.	Entre o final de agosto de 2019 e início de 2020 diversas praias do Nordeste brasileiro foram atingidas por extensas manchas de petróleo. A pesquisa da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) levantou dados no campo junto aos restaurantes, pousadas e hotéis, pescadores artesanais, trabalhadores informais, empresários e gestores públicos, tanto em entrevistas estruturadas quanto semiestruturadas.	LUIZ CAMPOS SETOR: DIPES - DIRETORIA DE PESQUISA luis.campos@fundaj.gov.br (81) 3073-6480	Novembro/ 2021	Mensal
A expansão dos Institutos Federais de Educação: perfil e condições de trabalho dos Docentes da Educação Básica, Técnica e Tecnológica	a pesquisa se propôs a averiguar a expansão dos IFs e buscar elementos para melhor caracterizar os docentes dessas instituições que conquistaram importante espaço no sistema educacional brasileiro. A investigação, de natureza exploratória, buscou aproximar a equipe do debate acerca da educação profissional, sobre a importância dos IFs e a especificidade do trabalho em tais instituições.	LUIZ CAMPOS SETOR: DIPES - DIRETORIA DE PESQUISA luis.campos@fundaj.gov.br (81) 3073-6480	Janeiro/2022	

<p>Acompanhamento longitudinal do desempenho escolar de alunos da rede pública de ensino fundamental do Recife</p>	<p>Base quantitativa, fruto de pesquisa de campo, pesquisa intitulada: Acompanhamento longitudinal do desempenho escolar de alunos da rede pública de ensino fundamental do Recife</p>	<p>LUIZ CAMPOS</p> <p>SETOR: DIPES - DIRETORIA DE PESQUISA</p> <p>luiz.campos@fundaj.gov.br</p> <p>(81) 3073-6480</p>	<p>Abril//2022</p>	
<p>Acompanhamento Longitudinal do desempenho escolar de alunos da rede pública de ensino fundamental do Recife (Escolas 2018)</p>	<p>Acompanhamento Longitudinal do desempenho escolar de alunos da rede pública de ensino fundamental do Recife (Escolas 2018)</p>	<p>LUIZ CAMPOS</p> <p>SETOR: DIPES - DIRETORIA DE PESQUISA</p> <p>luiz.campos@fundaj.gov.br</p> <p>(81) 3073-6480</p>	<p>Junho/2022</p>	
<p>Planos de Ação Articulada - PAR</p>	<p>Base quantitativa. Avaliação do Plano de Ações Articuladas, que é um instrumento de planejamento da educação</p>	<p>LUIZ CAMPOS</p> <p>SETOR: DIPES - DIRETORIA DE PESQUISA</p> <p>luiz.campos@fundaj.gov.br</p> <p>(81) 3073-6480</p>	<p>Agosto/2022</p>	
<p>Acompanhamento Longitudinal do desempenho escolar de alunos da rede pública de ensino</p>	<p>Base quantitativa com base em pesquisa de campo</p>	<p>LUIZ CAMPOS</p>	<p>Outubro/@022</p>	

fundamental do Recife (Escolas 2017)		SETOR: DIPES - DIRETORIA DE PESQUISA luis.campos@fundaj.gov.br (81) 3073-6480		
---------------------------------------	--	--	--	--

III- CRONOGRAMA DE PROMOÇÃO, FOMENTO, USO E REUSO DAS BASES

PRODUTO	ATIVIDADE	UNIDADE E CONTATO DO RESPONSÁVEL	PERÍODO
<p>Conteúdo informativo sobre a publicação das bases e seu conteúdo.</p>	<p>Publicação de matérias e chamadas visuais no site fundaj.gov.br;</p> <p>Publicação de matérias e chamadas visuais nas redes sociais mantidas pela fundação.</p>	<p>Diretorias responsáveis pela disponibilização das bases passíveis de abertura realizam divulgação no portal com apoio da ASCOM</p> <p>luis.campos@fundaj.gov.br</p> <p>imprensa@fundaj.gov.br</p>	<p>Mês corrente ou subsequente à abertura de nova base.</p>

ANEXOS:

ANEXO - I

INVENTÁRIO DE BASES DE DADOS DA FUNDAJ

NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE DE DADOS	UNIDADE/ RESPONSÁVEL PELA BASE	BASE PASSÍVEL DE ABERTURA?	BASE ABERTA?	DISPONÍVEL EM DADOS. GOV.BR?	PERIODICIDADE DE ATUALIZAÇÃO	POLÍTICA PÚBLICA RELACIONADA, QUANDO APLICÁVEL	POSSUI CONTEÚDO SIGILOSO?
Impactos Socioeconômicos e Ambientais da Contaminação por Petróleo Nas Praias do Litoral da Região Nordeste.	Entre o final de agosto de 2019 e início de 2020 diversas praias do Nordeste brasileiro foram atingidas por extensas manchas de petróleo. A pesquisa da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) levantou dados no campo junto aos restaurantes, pousadas e hotéis, pescadores artesanais, trabalhadores informais, empresários e gestores públicos, tanto em entrevistas estruturadas quanto semiestruturadas.	Dipes	Sim	Não	Não	NA	NA	Não
Impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS): migração, trabalho, condições de moradia, identidade e	A pesquisa "Impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS): migração, trabalho, condições de moradia, identidade e novas territorialidades", realizada em conjunto pela Fundaj,	Dipes	Não	Sim	Sim	NA	NA	Não

<p>novas territorialidades</p>	<p>Observatório PE/UFPE e Laept/UFPB, durante o período que compreendeu do primeiro semestre de 2013 ao primeiro semestre de 2015, buscou vislumbrar e analisar o alcance dos impactos do Completo Industrial Portuário de Suape (CIPS) em diversos aspectos dos processos migratórios, de relações de trabalho, das condições de moradias, das relações identitárias e das novas territorialidades que se desenvolvem no território de sua influência - o Território Estratégico de Suape (TES) - com detalhe para aquele em que esta influência se estabelece de modo mais direto - a Área de Influência Direta (AID) que corresponde aos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, situados ao sul da Região Metropolitana do Recife (RMR).</p> <p>Intencionado interpretar os aspectos quantitativos e qualitativos em atenção aos objetivos propostos, foi concebido um sistema de coleta de informações formado por cinco etapas, sendo a primeira delas correspondente a uma pesquisa de levantamento bibliográfico, material midiático e documental. A segunda etapa fez uso de uma pesquisa qualitativa e observação antropológica, realizada em 2013, por meio de registros fotográficos e entrevistas semiestruturadas com gestores públicos, empreendedores e população local (gravadas e transcritas), para as</p>							
--------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--

	<p>análises preliminares sobre os impactos mais gerais do CIPS que contribuiram para orientar as atividades da pesquisa de campo e para a realização de análises qualitativas. Em continuidade, seguiu-se com uma pesquisa de dados secundários de essência estatística, uma pesquisa de “sondagem” dos migrantes, aplicada a uma amostra de 5.000 (cinco mil) domicílios urbanos para identificação dos domicílios com pelo menos um migrante, realizada em 2014 nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca e, por fim, uma pesquisa de campo amostral nos domicílios com migrantes identificados pela “sondagem”, de onde foi extraída uma amostra de 804 domicílios assim distribuídos: 385 com migrantes para o Cabo de Santo Agostinho e 419 para o de Ipojuca.</p>							
<p>Acompanhamento longitudinal do desempenho escolar de alunos da rede pública de ensino fundamental do Recife</p>	<p>Base quantitativa, fruto de pesquisa de campo, pesquisa intitulada: Acompanhamento longitudinal do desempenho escolar de alunos da rede pública de ensino fundamental do Recife</p>	Dipes	Sim	Não	Não	NA	NA	Não
<p>Desemprego Sazonal na Atividade Açucareira Pernambucana: Zona Da Mata e Região Metropolitana do Recife</p>	<p>A pesquisa “Desemprego Sazonal na Atividade Açucareira Pernambucana: Zona Da Mata e Região Metropolitana do Recife”, conduzida e desenvolvida pela Coordenação Geral de Estudos Econômicos e Populacionais (CGEP) da Diretoria de Pesquisa (DIPES) da Fundação Joaquim</p>	Dipes	Não	Sim	Sim	NA	NA	Não

	<p>Nabuco tem como tema central o estudo do fenômeno do Desemprego Sazonal em áreas da atividade açucareira, mais especificamente na Zona da Mata pernambucana e em alguns municípios da RMR que têm expressiva produção de cana-de-açúcar.</p> <p>A metodologia elegida para o alcance dos objetivos delineados contemplou uma dupla abordagem onde, visando obter elementos de caráter mais quantitativo, optou-se pela realização de um levantamento amostral junto à população alvo do estudo: os trabalhadores temporários vinculados ao corte da cana-de-açúcar. No levantamento, o instrumento empregado foi um questionário e os dados foram levantados através de uma pesquisa de campo realizada em dezembro de 2006 pela DATAMÉTRICA Consultoria, Pesquisa e Telemarketing Ltda, sob supervisão da Copec - Coordenação de Pesquisa de Campo da Fundação Joaquim Nabuco.</p> <p>A abordagem quantitativa foi complementada por um outro tipo de inquérito que dedicou atenção aos fenômenos de ordem mais qualitativa, representando assim um segundo nível metodológico. Essa etapa se deu pela realização de entrevistas semi-estruturadas, sob a responsabilidade</p>							
--	--	--	--	--	--	--	--	--

	<p>da equipe de pesquisadores da Fundaj, com representantes de Sindicatos, pessoal administrativo de Usinas de Açúcar, representantes de Igrejas e cortadores de cana.</p> <p>O universo amostral da pesquisa teve por base o documento “Relatório Encontro STRS Zona da Mata: Discussão Entressafra e Salário dos Canavieiros a partir de abril/2006”, fornecido pela Fetape - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco. Nesse momento, foram identificados 9 (nove) municípios que respondem por aproximadamente 3/5 dos trabalhadores empregados (59,5%) na atividade canavieira no Estado, por ocasião da safra. O cálculo da amostra, portanto, foi feito tomando-se por base os nove municípios identificados, a saber: Goiana, Nazaré da Mata, Gameleira, Rio Formoso e Sirinhaém, Cabo de Santo Agostinho, Igarassu e Ipojuca, os quais agregam 18.600 trabalhadores temporários vinculados à atividade canavieira de um total de 31.258 existentes no Estado de Pernambuco. Com a finalidade de representar o universo destes trabalhadores, utilizou-se a técnica de amostragem aleatória simples, em que cada unidade tem igual probabilidade de ser selecionado para compor a amostra. Assim, após cálculo, a amostra resultante para a pesquisa em tema registrou um total</p>							
--	---	--	--	--	--	--	--	--

	<p>de 600 questionários. A alocação dos 600 questionários para entrevistas nos nove municípios já selecionados foi realizada mediante o princípio da alocação proporcional. Paralelamente ao questionário, conforme já mencionado nessa apresentação e como um segundo nível da metodologia, foram efetuadas entrevistas semi-estruturadas com diversos atores envolvidos diretamente com a atividade do corte da cana-de-açúcar.</p> <p>O levantamento de dados também foi feito no mês de dezembro de 2006, sendo atribuição delegada à Fundaj. Para essa atividade a Coordenação de Pesquisa de Campo contou com o trabalho de uma pesquisadora e duas estagiárias, tendo sido realizadas 32 entrevistas, sendo 7 (sete) com representantes de Usinas, 9 (nove) com representantes de Sindicatos, 4 (quatro) com representantes de Igrejas e 12 (doze) com trabalhadores rurais.</p>							
Mulher Idosa Em Pernambuco: Empoderamento e seus entraves	<p>A Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) desenvolve pesquisas sobre a temática do envelhecimento desde o final da década de 80. Tal iniciativa se deu em virtude dos desafios decorrentes do processo de transição demográfica. Essa mudança corresponde à ampliação da população idosa no país em um curto período de tempo, necessitando, portanto, de políticas</p>	Dipes	Não	Sim	Sim	NA	NA	Não

	<p>e ações adequadas à nova configuração populacional. Os países centrais, atentos a essa perspectiva e tendo sido os primeiros a registrarem a transição demográfica, vem definindo diretrizes para enfrentar este desafio, estabelecidas principalmente quando da elaboração dos Planos Internacionais definidos nas duas Assembleias Mundiais sobre o Envelhecimento (em Viena e em Madri, respectivamente, nos anos de 1982 e 2004).</p> <p>No Brasil, assim como na maioria dos países da América Latina, esse processo de transição demográfica, é posterior ao ocorrido nos países centrais, no entanto, realiza-se dentro de um ritmo mais rápido e em condições diferentes, tendo em vista que grande parte da população jovem também passa por sérias dificuldades, convivendo ainda com as profundas desigualdades sociais existentes nesta região.</p> <p>Sendo assim, é imprescindível conhecer a realidade local, para lidar com este desafio, de forma a não importar diretrizes ou políticas inadequadas à nossa dinâmica socioeconômica e cultural.</p> <p>Esses estudos, que vem servindo para questionar os paradigmas dominantes sobre a velhice e propor contribuições para a elaboração das políticas públicas respaldadas nas reivindicações do movimento organizado do coletivo idoso,</p>							
--	--	--	--	--	--	--	--	--

	<p>ganharam neste trabalho uma nova parceria: a Secretaria da Mulher de Pernambuco. A presente pesquisa vem fazer justiça às mulheres de mais sessenta anos de idade do estado, que jamais tiveram suas demandas devidamente atendidas, pois nem sequer haviam sido identificadas.</p> <p>Os resultados e a análise dos dados coletados já foram apresentados ao coletivo de mulheres idosas em duas ocasiões: no II Fórum Nacional da Mulher Idosa e no Fórum Estadual da Aplicabilidade da Lei Maria da Penha às mulheres idosas, ambos realizados em Recife.</p>							
<p>Avaliação de resultados da gestão e práticas pedagógicas do programa mais educação no brasil</p>	<p>A avaliação do funcionamento e resultados do Programa Mais Educação no Brasil é o objetivo da pesquisa AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DA GESTÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NO BRASIL. Trata-se de uma pesquisa quantitativa que teve como referência as 45.492 escolas que fizeram adesão ao Programa em 2013, segundo dados fornecidos pela Diretoria de Currículos e Educação Integral do Ministério da Educação (MEC). Ao final, foram 1.638 escolas (distribuídas em 861 municípios), sorteadas aleatoriamente, com base em parâmetros estatísticos de estratificação, que garantem a proporcionalidade da distribuição por</p>	dipes	Não	Sim	Sim	NA	NA	Não

	<p>estado e por dependência administrativa. O dimensionamento da amostra foi efetuado considerando estimativas geradas com coeficiente de variação tolerável de 0,013 (1,3%), e nível de confiança 95%. Para mais detalhes do plano amostral está disponível o conjunto de relatórios do desenho amostral em arquivos em anexo abaixo.</p> <p>O Programa é uma iniciativa do governo federal para induzir a elaboração de uma política de educação em tempo integral para o ensino fundamental, em colaboração com entes federados, com o objetivo primordial de melhoria da aprendizagem. Está ancorado em uma concepção de educação integral que tem por princípio “a articulação das disciplinas curriculares com diferentes campos de conhecimento e práticas socioculturais”, por meio do diálogo entre conteúdos escolares e saberes locais (Decreto nº 70983/2010), consideram os sujeitos em suas múltiplas dimensões, quais sejam, cognitivas, corporais e sensitivas. Nessa compreensão, os processos de aprendizagem concebem o ser humano como um todo, sobretudo, despertando seu desejo por aprender. Desde sua criação em 2007, o Programa Mais Educação teve um crescimento vertiginoso, passando de 1.380 escolas para quase 60 mil em 2013. A pesquisa teve como foco a implementação do programa nas escolas.</p>							
--	--	--	--	--	--	--	--	--

	<p>Com base na amostra aleatória, foram ouvidos dirigentes escolares e professores comunitários das escolas. Para coletar informações adicionais das práticas, também foram incluídos alunos, monitores e representantes das secretarias de educação. O fato de não existir um cadastro oficial dos alunos e monitores que participam do Programa impossibilitou que fosse calculada uma amostra representativa destes. Foi indicado para uma sondagem exploratória escolha de um aluno e de um monitor por escola. Ao final, foram validadas as respostas de 1.232 alunos e 1574 monitores.</p> <p>Os arquivos disponibilizados não fornecem o nome das escolas e/ou dos respondentes por questões éticas. Caso a identificação da escola seja central para o usuário dos dados, solicitamos que entrem em contato com a equipe do NEES para ajustar os procedimentos de uso de nossas instalações para gerar os cálculos necessários.</p>							
<p>Armadilha de Pobreza e Mobilidade Intergeracional no Brasil Metropolitano: Um Estudo das Décadas de 1980 a 2000</p>	<p>A pesquisa “Armadilha de Pobreza e Mobilidade Intergeracional no Brasil Metropolitano: Um Estudo das Décadas de 1980 a 2000”, conduzida e desenvolvida pela Coordenação de Estudos Econômicos e Populacionais da Fundação Joaquim Nabuco, objetivou investigar se as transformações sociais ocorridas nas últimas duas décadas, sobretudo a</p>	<p>Dipes</p>	<p>Não</p>	<p>Sim</p>	<p>Sim</p>	<p>NA</p>	<p>NA</p>	<p>Não</p>

	<p>abertura econômica, estabilidade da moeda, a criação, intensificação e massificação de programas sociais como o Bolsa Família, a valorização do salário mínimo, a expansão da oferta dos serviços educacionais e entre outros, foram capazes de aumentar as oportunidades disponíveis na sociedade, de forma a impactar nos índices de mobilidade social. A pesquisa analisou três tipos de mobilidade entre a geração atual (filhos) de uma família com a anterior (pais ou mães): educacional, renda e ocupacional.</p> <p>O processo metodológico do relatório partiu, inicialmente, da preparação do trabalho de campo com a delimitação da amostra. Essa etapa se deu a partir da utilização da Base de Dados de Setores Censitários do IBGE, do ano 2000. Em um primeiro momento, selecionou-se todos os setores censitários da Região Metropolitana do Recife em 2000, ordenando-os por faixa de renda do chefe do domicílio e por densidade de domicílios nos setores censitários. Depois, retirou-se uma amostra aleatória de setores censitários de modo que fosse representativa de todas as faixas de renda, e de todos os municípios da Região Metropolitana.</p> <p>Os questionários foram estruturados de forma semelhante aos questionários das</p>							
--	--	--	--	--	--	--	--	--

	<p>PNADs. Contendo um bloco com informações do domicílio e outro bloco contendo informações das pessoas residentes. O trabalho de elaboração do questionário foi realizado pela equipe do Núcleo de Pesquisa de Campo da Fundaj em conjunto com a coordenação da pesquisa, a partir de informações disponíveis no site do IBGE sobre a metodologia da PNAD. Após a elaboração e realização do pré-teste do questionário, algumas modificações julgadas pertinentes foram efetuadas.</p> <p>No que diz respeito à definição da população investigada, a confecção dos dados primários da pesquisa se deu mediante a aplicação de questionários de uma amostra representativa dos domicílios particulares permanentes das áreas urbanas dos municípios da Região Metropolitana do Recife – RMR. São 15 o número de municípios pertencentes à RMR, os quais, Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Goiana, Igarassu, Ipojuca, Ilha de Itamaracá, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata. A amostra foi desenhada com a finalidade de obter representatividade para a RMR como um todo.</p> <p>O tamanho calculado da amostra, em</p>							
--	---	--	--	--	--	--	--	--

	<p>número de domicílios, foi distribuído de modo proporcional ao número de domicílios particulares permanentes das áreas urbanas dos municípios da RMR. Desta forma, cada município teve uma amostra de acordo com sua participação no número total de domicílios urbanos da RMR, ou seja, os municípios com mais domicílios, tiveram amostras maiores, e assim sucessivamente. Os municípios foram divididos em setores censitários, a saber, áreas com características geográficas e socioeconômicas semelhantes, e, dentro de cada setor censitário, foram entrevistados 10 domicílios. O instrumento de coleta de dados tem em sua composição 217 questões relativas às informações do domicílio; sobre os chefes e cônjuges de família, crianças e adolescentes de 6 a 15 anos de idade, exceto chefe; e dos Blocos 1 e 2 do Questionários (questões relativas ao cônjuge). Essas informações foram divididas em 11 blocos.</p> <p>Cabe destacar que os conceitos utilizados por esta pesquisa foram definidos de forma a possibilitar a comparação dos resultados obtidos com pesquisas realizadas com base em dados do IBGE.</p>							
<p>O polo de confecções de toritama: análise das relações de trabalho e da informalidade</p>	<p>O processo metodológico do relatório partiu da coleta de dados primários sobre o Arranjo Produtivo Local (APL) de confecções de Toritama, contando com a</p>	<p>Dipes</p>	<p>Não</p>	<p>Sim</p>	<p>Sim</p>	<p>NA</p>	<p>NA</p>	<p>Não</p>

	<p>realização de duas pesquisas de campo, uma empresarial e outra domiciliar, sendo esta dividida em duas fases, além de entrevistas semiestruturadas junto às instituições.</p> <p>Por amostragem, a pesquisa domiciliar foi conduzida pela Coordenação de Pesquisa de Campo (Copec) da Fundaj, tomando como meta captar, através da identificação dos proprietários de negócios informais e da investigação das características do funcionamento de unidades produtivas do polo têxtil, o papel e a dimensão da informalidade na economia em Toritama. A primeira fase da pesquisa domiciliar serviu para detalhar o percentual dos domicílios operantes na produção de vestuário e organizar um cadastro dos mesmos.</p> <p>Quanto à segunda etapa da pesquisa, a população objetiva é formada apenas por domicílios com pelo menos um ocupante que exerça alguma atividade ligada ao setor de confecções identificados na primeira etapa. Desse modo, por meio de amostragem probabilística, estabeleceu-se outro conjunto amostral, com a finalidade de analisar as relações de trabalho e a informalidade presente na cadeia produtiva de confecções em Toritama.</p> <p>O método amostral empregado em ambas as etapas da pesquisa é a amostragem aleatória simples. Ao todo, o tamanho da amostra na primeira etapa foi de 445 domicílios em Toritama. Sendo assim, em</p>							
--	--	--	--	--	--	--	--	--

	<p>317 domicílios (71%) desta amostra foi declarado haver pelo menos um residente que trabalha na produção de confecções, enquanto que em 163 domicílios (37%) foi declarado haver produções de confecções. Deste modo, dos 7.604 domicílios existentes no total em Toritama, estima-se que em 2.785 há produção de confecções em suas dependências.</p> <p>A segunda etapa da pesquisa, entre outros objetivos, captura o percentual de informalidade existentes na cadeia produtiva de confecções no município e o percentual de emprego disfarçado nos domicílios apurados na primeira fase.</p>							
<p>A Interiorização das Instituições Públicas e Gratuitas de Ensino Superior no Nordeste: Efeitos e Mudanças</p>	<p>Um subproduto da pesquisa é a base de dados composta por três conjuntos de dados. Esta base originou-se de pesquisa amostral com uso de questionários estruturados. Os públicos alvos foram os alunos, os professores e os egressos. A escolha das unidades visitadas não foi aleatória e seguiu o seguinte critério. Em um primeiro momento entrevistou-se alunos dos campi localizados no estado de Pernambuco (pela facilidade logística e pela origem da interiorização ocorrer em campi localizados neste estado). Depois a pesquisa foi estendida para os demais estados do Nordeste, onde foi escolhido o campi mais antigo da interiorização (ou o mais relevante em número de alunos). Ou seja, para cada Universidade Federal que</p>	<p>Dipes</p>	<p>Não</p>	<p>Sim</p>	<p>Sim</p>	<p>NA</p>	<p>NA</p>	<p>Não</p>

	<p>abriu novos campi foi escolhida a sua primeira interiorização.</p> <p>Os dados cadastrais de alunos, estudantes egressos e professores foi obtido a partir de visitas da equipe da Fundaj às unidades onde realizaram entrevistas semiestruturadas com os gestores. Neste momento também foi solicitada a autorização para a entrada dos entrevistadores no ambiente acadêmico. A Universidade do Maranhão não franqueou a entrada para a pesquisa amostral, do que decorre que este estado não é coberto pela pesquisa.</p> <p>Com base nos cadastros de professores, alunos e egressos foi preparada amostra aleatória simples (AAS) em cada unidade a ser visitada. A AAS não foi mantida para o caso dos egressos devido á dificuldade em localizá-los. Assim, as entrevistas junto a egressos foram conseguidas por cotas, pelo maior esforço, junto à listagem de egressos de cada unidade, quando já havia alunos que concluíram algum curso na unidade.</p>							
<p>A expansão dos Institutos Federais de Educação: perfil e condições de trabalho dos Docentes da Educação Básica, Técnica e Tecnológica</p>	<p>a pesquisa se propôs a averiguar a expansão dos IFs e buscar elementos para melhor caracterizar os docentes dessas instituições que conquistaram importante espaço no sistema educacional brasileiro. A investigação, de natureza exploratória, buscou</p>	<p>Dipes</p>	<p>Sim</p>	<p>Não</p>	<p>Não</p>	<p>NA</p>	<p>NA</p>	<p>Não</p>

	aproximar a equipe do debate acerca da educação profissional, sobre a importância dos IFs e a especificidade do trabalho em tais instituições.							
Planos de Ação Articulada - PAR	Base quantitativa. Avaliação do Plano de Ações Articuladas, que é um instrumento de planejamento da educação	Dipes	Sim	Não	Não	NA	NA	Não
Acompanhamento Longitudinal do desempenho escolar de alunos da rede pública de ensino fundamental do Recife (Escolas 2017)	Base quantitativa com base em pesquisa de campo	Dipes	Sim	Não	Não	NA	NA	Não
Acompanhamento Longitudinal do desempenho escolar de alunos da rede pública de ensino fundamental do Recife (Escolas 2018)	Base quantitativa com base em pesquisa de campo	Dipes	Sim	Não	Não	NA	NA	Não
Acervo do Centro de Documentação e Pesquisas	Base de dados referencial sobre o acervo do centro de documentação e pesquisa, com objetos digitais vinculados os registros.	Cdoc	Sim	Sim	Sim	diariamente	NA	Não
Acervo da Biblioteca Blanche Knopf	Base de dados referencial sobre o acervo da Biblioteca Blanche Knopf.	Cg-cehibra	Sim	Sim	Sim	Base de atualização constante dada a natureza dos dados.	NA	Não
Base de dados referencial sobre o	Base de dados referencial sobre o acervo do Museu do Homem do Nordeste com	Museu do Homem do	Sim	Sim	Sim	Base de atualização	NA	Não

acervo do Museu do Homem do Nordeste	objetos digitais vinculados os registros.	Nordeste / Cdoc					constante dada a natureza dos dados.		
Banco de dados de Projetos de Pesquisa	Projetos de pesquisa concluídos e em andamento, detalhando equipe envolvida, objetivos geral e específicos, orçamento previsto, orientações subordinadas, publicações originadas da pesquisa.	COAPE - Coordenação de Apoio à Pesquisa	Sim	Sim	Sim		N/I	NA	Não
Banco de Dados de Projetos do PIBIC	Detalhamento dos orientados, orientadores e disponibilização dos resumos dos relatórios.	Coordenação do PIBIC/FUNDAJ	Sim	Sim	Sim		NI	NA	Não
Bancos de dados primários de pesquisas de campo	Projetos de pesquisa que gerem dados primários que a Lei Geral de Privacidade de Dados permitam acesso terão seus bancos abertos após o encerramento da pesquisa.	NEES/DIPES	Sim	Sim	Sim		NI	NA	Não
Banco de Mapas	Mapas gerados em pesquisas da Fundaj	CIEG/DIPES	Sim	Sim	Sim		NI	NA	Não
Eventos realizados	Detalhando público atingido, permitindo assistir a gravação do mesmo e/ou ter acesso aos artigos / documentos apresentados. A partir do no de 2020.	COAPE - Coordenação de Apoio à Pesquisa	Sim	Sim	Sim		NI	NA	Não
Pesquisa Escolar	Plataforma criada para facilitar o acesso à informações e subsidiar o processo educativo-cultural	Coordenação da Biblioteca Blanche Knopf	Sim	Sim	Sim		NI	NA	Não
Publicações da Editora Massangana - Avaliação da Política Pública	Avaliação da Política Pública - Esta publicação se insere no campo da avaliação de política pública e com esse escopo faz a avaliação da implementação da política do Governo Federal denominada "Programa Mais Educação", que se propõe a ser um indutor da ampliação da jornada escolar na	Editora Massangana	Sim	Sim	Sim		NI	NA	Não

	perspectiva da educação integral, ressignificar o currículo escolar e contribuir na melhoria da qualidade da educação.							
Publicações da Editora Massangana - Educação em (tempo) integral na infância: ser aluno e ser criança em um território de vulnerabilidade	A obra Educação (em tempo) integral na infância: ser aluno e ser criança em um território de vulnerabilidade, realizada pelo professor Levindo Diniz Carvalho, transporta-nos para um estudo de caso, através da utilização de uma etnografia multiespacializada de quotidianos infantis, cuja observação, entre os anos de 2010 e 2011, em crianças de uma turma de 1º ciclo de uma Escola pública, participantes em um Programa de Escola Integrada da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte foram elementos essenciais para esta publicação.	Editora Massangana	Sim	Sim	Sim	NI	NA	Não
Publicações da Editora Massangana - Educação integral e jovens-adolescentes: tessituras e alcances da experiência	Esta obra é resultado da dissertação de Mestrado, defendida em 2014, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FAE/UFMG), por Bárbara Ramalho. O livro revela os sentidos atribuídos por jovens egressos do Programa Escola Integrada, por eles vividos, e o que, desta experiência, carregaram para sua vida escolar, profissional, social. O programa Escola Integrada apresenta-se como uma importante política pública de Educação Integral, voltada para a garantia de direitos de coletivos até então excluídos do espaço público, entre eles, o direito a uma educação integral.	Editora Massangana	Sim	Sim	Sim	NI	NA	Não

Cursos oferecidos, Palestras e Eventos de Inovação em Gestão Pública e em Políticas Públicas, Editais de Seleções de Instrutores e de Alunos, Editais de Premiações, Editais de Seleção de Artigos, Editais de Seleções de Propostas de Cursos	Informações, por meio de planilhas, textos e documentos	DIFOR	Sim	Sim	Sim	Anual	NA	Sim
Publicações da Editora Massangana - Nordeste, Identidade Comestível (Vol. I e II)	O livro Nordeste, Identidade Comestível leva o leitor a uma viagem antropológica, guiada pelos caminhos dos sabores, dos relatos peculiares e dos segredos da vasta gastronomia nordestina, descobrindo o que há de mais rico na culinária regional.	Editora Massangana	Sim	Sim	Sim	NI	NA	Não
Publicações da Editora Massangana - Historicismos na arquitetura dos subúrbios recifenses, um recorte da Coleção Ecletismo	Na década de 1980, a Fundação Joaquim Nabuco promoveu uma grande pesquisa que resultou em um rico acervo fotográfico, documentando a arquitetura residencial produzida no Recife entre os anos de 1840 e 1940. Hoje, embora muitas dessas construções tenham desaparecido, nesta publicação, o autor nos apresenta a riqueza e a diversidade da produção arquitetônica de cunho historicista que integrou o cenário urbano recifense, situando a importância que o trabalho da Fundaj teve para a preservação de algumas dessas edificações.	Editora Massangana	Sim	Sim	Sim	NI	NA	Não
Publicações da Editora	A voz da Abolição, isto é, a voz de Joaquim	Editora	Sim	Sim	Sim	NI	NA	Não

Massangana - Joaquim Nabuco: a Voz da Abolição	Nabuco (1849-1910), está traduzida visualmente neste livro. Em banda desenhada, como dizem os portugueses. Em quadradinhos, em quadrinhos, em comic, ou, simplesmente, HQ. Assim, Lailson de Holanda Cavalcanti, um virtuoso do traço, fez com que HQ se fizesse espelho preciso de JN. Ganhamos leitores jovens - de todas as idades - um presente: a história de quem, no passado, foi a voz do futuro que ecoa até agora.	Massangana						
Publicações da Editora Massangana - Duas ou três coisas que eu sei dele	Breve histórico do Museu do Homem do Nordeste	Editora Massangana	Sim	Sim	Sim	NI	NA	Não
Publicações da Editora Massangana - Casa-grande Severina	O livro Casa-grande Severina, não se limita à fusão lúdica da obra mais conhecida de Gilberto Freyre com o poema dramático de João Cabral de Melo Neto. A obra abrange novas interpretações dos dois maiores expoentes da língua portuguesa, estão aqui reunidas as mais recentes leituras de alguns dos melhores especialistas do Brasil, da Espanha e de Portugal. Eles refletem junto com o leitor não somente a luso e hispanotropicalidade, mas a vida do povo, suas línguas, de corpo e alma, no centenário de nascimento de Cabral e nos 120 de Freyre.	Editora Massangana	Sim	Sim	Sim	NI	NA	Não
Publicações da Editora Massangana - Os Afro-brasileiros: Anais do	Edição fac-similar resultante de conferências e discussões a respeito da presença afro-negra no Brasil. Realizado no	Editora Massangana	Sim	Sim	Sim	NI	NA	Não

III Congresso Afro-brasileiro	Recife, em setembro de 1982, promovido pela Fundação Joaquim Nabuco visando contribuir com substanciais estudos sobre tão abrangente tema, com efetiva participação de pesquisadores do Brasil e do exterior, representando as mais diversas tendências e orientações.							
Publicações da Editora Massangana - Cotidiano Afrodescendentes	O livro Cotidianos Afrodescendentes brinda os leitores com uma nova visão acerca da presença marcante de homens e mulheres de origem africana na paisagem humana do Brasil desde o período colonial até os meados do século XX. Trata-se de uma proposta promissora para o estudo da história e que confirma a pertinência do projeto editorial da Coleção Documentos de História Africana e Afro-Brasileira.	Editora Massangana	Sim	Sim	Sim	NI	NA	Não
Publicações da Editora Massangana - Suape: desenvolvimento em questão	O livro é um registro significativo para o entendimento do leitor acerca das inflexões e evoluções que marcaram a criação do Porto de Suape, a conjuntura, suas expectativas e a potencial capacidade desse território em continuar a irradiar conexões locais, estaduais, nacionais e internacionais para o crescimento econômico de Pernambuco e da região Nordeste.	Editora Massangana	Sim	Sim	Sim	NI	NA	Não
Publicações da Editora Massangana - Ecos de Clarice	A escritora Márcia Meira Bastos dedicou parte de sua vida intelectual e acadêmica ao estudo da obra de Clarice Lispector. A habilidade de especialista a faz mergulhar nas intrincadas técnicas das	Editora Massangana	Sim	Sim	Sim	NI	NA	Não

	narrativas com uma reflexão profunda e correta, guiando os leitores pelos caminhos da construção de obra tão primorosa.							
Publicações da Editora Massangana - Nordeste 2010: os Sentidos do Voto II	Nordeste 2010: os Sentidos do Voto II, trabalho conjunto entre Fundaj e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), reuniu os trabalhos referentes ao “XII Simpósio Observanordeste”, no qual diversos cientistas sociais e políticos realizaram uma análise dos quadros eleitorais desta região do país, bem como elaboraram uma compreensão conjunta acerca da realidade regional naquele ano.	Editora Massangana	Sim	Sim	Sim	NI	NA	Não
Publicações da Editora Massangana - Celso Furtado – O desvelador da realidade nordestina	O economista Celso Furtado fora o planejador que inaugurou a atividade sistemática e estrutural de planejamento do desenvolvimento no país e, em grande medida, na América Latina. Este livro resultante da palestra apresentada no seminário sobre Celso Furtado, promovido pela Fundação Joaquim Nabuco em 2017.	Editora Massangana	Sim	Sim	Sim	NI	NA	Não
Publicações da Editora Massangana - Filhos das feiras: uma composição do campo de negócios agreste	Marcio Sá, em Filhos das Feiras: uma composição do campo de negócios agreste oferece-nos um livro com o maior interesse social e científico e que convida o leitor a realizar um percurso pela teoria sociológica mais exigente focado no complexo estudo da gênese das disposições econômicas na região do Agreste.	Editora Massangana	Sim	Sim	Sim	NI	NA	Não
Publicações da Editora Massangana - Tempos de Folia	Centrando o debate no século XX, os leitores poderão acompanhar nas páginas de “Tempos de Folia” as transformações e	Editora Massangana	Sim	Sim	Sim	NI	NA	Não

	mudanças que ocorreram ao longo de tantos Carnavais, bem como as permanências e as tradições que foram se construindo ao longo das décadas.							
Publicações da Editora Massangana - Os Patriotas – Poema Dramático	Os Patriotas tem o inegável mérito de ser um livro que traz em suas páginas um verdadeiro clássico da literatura sobre a Revolução Pernambucana de 1817. Com louvores, a Editora Massangana faz chegar até nós, ávidos leitores, essa belíssima reedição de luxo.	Editora Massangana	Sim	Sim	Sim	NI	NA	Não
Publicações da Editora Massangana - Energia, organizações e sociedade: um debate necessário	Energia, organizações e sociedade: um debate necessário é uma obra de caráter interdisciplinar que propõe o diálogo acerca do investimento em usinas hidroelétricas, atentando para o conflito de interesses entre empresários e a população local	Editora Massangana	Sim	Sim	Sim	NI	NA	Não
Publicações da Editora Massangana - Para ler o seu bairro	Para ler o seu bairro, publicado pela Editora Massangana, da Fundação Joaquim Nabuco, é fruto de uma construção coletiva. O livro resulta do projeto “Interagindo com a história do seu bairro”, que envolveu instituições públicas voltadas para a educação, a cultura e a cidadania: a Biblioteca Blanche Knopf, da Fundação Joaquim Nabuco, vinculada ao Ministério da Educação; e o Programa Manuel Bandeira de Formação de Leitores – PMBFL, ligado à Prefeitura da Cidade do Recife.	Editora Massangana	Sim	Sim	Sim	NI	NA	Não

ANEXO - II

DEVOLUTIVA DE CONSULTA PÚBLICA

BASE DE DADOS	TOTAL DE VOTOS RECEBIDOS	CONDIÇÃO ATUAL DA BASE E/OU JUSTIFICATIVA PARA EVENTUAL NÃO ABERTURA
Impactos Socioeconômicos e Ambientais da Contaminação por Petróleo Nas Praias do Litoral na Região Nordeste	5	Base será aberta
Acompanhamento longitudinal do desempenho escolar de alunos da rede pública de ensino fundamental do Recife	4	Base será aberta
A expansão dos Institutos Federais de Educação: perfil e condições de trabalho dos Docentes da Educação Básica, Técnica e Tecnológica	5	Base será aberta
Planos de Ação Articulada - PAR - Avaliação do Plano de Ações Articuladas, que é um instrumento de planejamento da educação	0	Base será aberta
Acompanhamento Longitudinal do	0	Base será aberta

desempenho escolar de alunos da rede pública de ensino fundamental do Recife (Escolas 2017)		
Acompanhamento Longitudinal do desempenho escolar de alunos da rede pública de ensino fundamental do Recife (Escolas 2018)	2	Base será aberta

ANEXO - III

REFERÊNCIAS

Nome	Descrição	Localização
Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011 (Lei de Acesso a Informação – LAI)	Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm
Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Transparência)	Determina ao Poder Público a adoção de instrumentos de transparência na gestão fiscal em meios eletrônicos de acesso público às informações orçamentárias e prestações de contas.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm
Portal da Transparência	No Portal da Transparência estão disponíveis informações sobre o Poder Executivo Federal, tais como gastos diretos do Governo Federal, transferências de recursos a Estados e Municípios, convênios com pessoas físicas, jurídicas ou entes governamentais, previsão e arrecadação de receitas e servidores do Governo Federal.	http://www.transparencia.gov.br/

EGTI - Estratégia Geral de Tecnologia da Informação	A EGTI é um instrumento de gestão do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), que traça a direção da Tecnologia da Informação (TI), além de subsidiar os órgãos do Sistema na elaboração dos Planejamentos de Tecnologia da Informação.	http://www.sisp.gov.br/egti/wiki/download/file/EGTI_2013-2015_v1_1.pdf
---	---	---

e-PING - arquitetura de interoperabilidade e do governo eletrônico	Conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) na interoperabilidade de Serviços de Governo Eletrônico, estabelecendo as condições de interação com os demais Poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral.	www.governoeletronico.gov.br/
e-MAG - Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico	Conjunto de recomendações a ser considerado para que o processo de acessibilidade dos sítios e portais do governo brasileiro seja conduzido de forma padronizada e de fácil implementação.	http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/e-MAG

<p>e-vog: vocabulários e ontologias de Governo Eletrônico</p>	<p>Conjunto de padrões, ferramentas e metodologias para possibilitar: o intercâmbio de informações com acordo semântico, de forma a viabilizar o pronto cruzamento de dados de diversas fontes; o uso de metodologias de modelagem conceitual como forma de elicitação do conhecimento tácito das áreas de negócio de governo.</p>	<p>http://vocab.e.gov.br</p>
<p>VCGE - Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico</p>	<p>O VCGE é um modelo esquemático para ser utilizado no elemento assunto.categoria (subject.category) do Padrão de Metadados do Governo Eletrônico. Objetiva tornar mais direta a apresentação dos serviços apresentados nos portais governamentais, que devem ter sua estrutura de diretóriobaseada nos indexadores do VCGE.</p>	<p>http://vocab.e.gov.br/2011/03/vcge</p>
<p>INDA – Infraestrutura Nacional de Dados Abertos</p>	<p>Conjunto de padrões, tecnologias, procedimentos e mecanismos de controle necessários para atender às condições de disseminação e compartilhamento de dados e informações públicas no modelo de Dados Abertos, em conformidade com o disposto na e-PING. A INDA é a política do governo brasileiro para dados abertos.</p>	<p>http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/Dados-Abertos/inda-infraestrutura-nacional-de-dados-abertos</p>

<p>Instrução Normativa nº4 de 13 de abril de 2012 (INDA)</p>	<p>Institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – INDA, como política para garantir e facilitar o acesso pelos cidadãos, pela sociedade e, em especial, pelas diversas instâncias do setor público aos dados e informações produzidas ou custodiadas pelo Poder Executivo federal.</p>	<p>http://www.governoeletronico.gov.br/biblioteca/arquivos/instrucao-normativa-da-infraestrutura-nacional-de-dados-abertos-2013-inda/download</p>
<p>Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CGINDA)</p>	<p>O Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos - CGINDA, criado no âmbito da Infraestrutura Nacional de Dados Aberto - INDA, para formular políticas, estabelecer diretrizes, coordenar e articular as ações de implantação da INDA, como política para garantir e facilitar o acesso pelos cidadãos, pela sociedade e, em especial, pelas diversas instâncias do setor público aos dados e informações públicas Gerir o desenvolvimento do plano de ação da INDA e dos produtos da Infraestrutura;</p>	<p>http://www.governoeletronico.gov.br/biblioteca/arquivos/instrucao-normativa-da-infraestrutura-nacional-de-dados-abertos-2013-inda/download</p>
<p>Portal Brasileiro de Dados Abertos</p>	<p>É a ferramenta disponibilizada pelo governo para que todos possam encontrar e utilizar os dados e as informações públicas.</p>	<p>dados.gov.br</p>

Plano de Ação da INDA	Institui a necessidade de os órgãos de instituírem seus respectivos Planos de Abertura de Dados com vistas a uma Política Nacional de Dados Abertos e institui os elementos mínimos do documento, bem como orienta que a abertura de dados deve observar a relevância para o cidadão.	http://wiki.gtinda.ibge.gov.br/GetFile.aspx?File=%2fGT1-Gest%3%a3o%20e%20Normativo%2fPlano%20de%20A%3%a7%3%a3o%20-%20INDA%2005.02.2013.odt
Guia de Abertura de Dados da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos	Documento que pretende contextualizar e orientar as instituições detentoras de dados públicos no processo de disponibilização desses dados de acordo com os princípios de Dados Abertos.	http://www.consultas.governoeletronico.gov.br/ConsultasPublicas/consultas.do;jsessionid=C13E5697FF43725DB0020A8BD15E77AB?acao=exibir&id=93
Arquitetura Técnica Referencial	Documento que tem por objetivo servir como referência para implementação de soluções para disponibilização de dados na Internet seguindo os princípios de dados abertos.	http://wiki.gtinda.ibge.gov.br/GetFile.aspx?File=%2fGT3-Tecnologia%2fArquitetura%20Tecnica%20Referencial%20de%20Abertura%20de%20Dados%20v1%20edicao_duke.odt

<p>Cartilha para publicação de dados abertos</p>	<p>Documento que objetiva o estabelecimento de diretrizes para que os dados públicos governamentais do Brasil constituam a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos, contribuindo para a democratização da do acesso à informação na sociedade. As diretrizes compreendem requisitos mínimos para que uma organização pública seja capaz de preparar os conjuntos de dados, implemente o processo de publicação destes na Internet e a sua catalogação no dados.gov.br.</p>	<p>http://dados.gov.br/cartilha-publicacao-dados-abertos/</p>
<p>INDE – Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais</p>	<p>Conjunto integrado de tecnologias; políticas; mecanismos e procedimentos de coordenação e monitoramento; padrões e acordos, necessário para facilitar e ordenar a geração, o armazenamento, o acesso, o compartilhamento, a disseminação e o uso dos dados geoespaciais de origem federal, estadual, distrital e municipal.</p>	<p>http://inde.gov.br/</p>
<p>Decreto Presidencial nº 6.666, de 27 de novembro de 2008 (INDE)</p>	<p>Instituiu a criação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE e determina que o compartilhamento e disseminação dos dados geoespaciais e seus metadados é obrigatório para todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, salvos os protegidos por sigilo.</p>	<p>http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6666.htm</p>

Normas e Padrões da INDE	Inclui normas técnicas de cartografia, perfil de metadados geoespaciais no Brasil, entre outros.	http://www.inde.gov.br/?page_id=70
Perfil de Metadados Geoespaciais do Brasil	Trata de padrões de metadados geoespacializados no Brasil.	http://www.inde.gov.br/?page_id=70

OGP - Open Government Partnership	Iniciativa multilateral voluntária que busca melhorar o desempenho governamental, fomentar a participação cívica e melhorar a capacidade de resposta dos governos aos cidadãos por meio de abertura dos dados.	http://www.opengovpartnership.org/
CIGA – Comitê Interministerial de Governo Aberto	Responsável por orientar a implementação e elaboração dos Planos de Ação do Brasil. O Ciga é composto por 18 ministérios e coordenado pela Casa Civil da Presidência da República.	http://www.cgu.gov.br/governoaberto/ciga.html

<p>1º Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto</p>	<p>Instituído pelo Decreto s/ºn de 15 de setembro de 2011, visa a promover ações e medidas que visem ao incremento da transparência e do acesso à informação pública, à melhoria na prestação de serviços públicos e ao fortalecimento da integridade pública.</p>	<p>http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Dsn/Dsn13117.htm</p>
<p>Relatório de Avaliação do 1º Plano (OGP)</p>	<p>O relatório de progresso nacional avalia a implantação dos planos de ação e a evolução no cumprimento dos princípios de governo aberto, além de apresentar recomendações técnicas. O documento sobre o Brasil foi elaborado pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento.</p>	<p>http://www.opengovpartnership.org/independent-reporting-mechanism</p>
<p>2º Plano de Ação – Parceria para Governo Aberto (Open Government Partnership – OGP).</p>	<p>O Brasil lançou o segundo Plano de Ação Nacional para Governo Aberto no dia 7 de maio de 2013. Ao todo, foram assumidos 52 compromissos, por 17 órgãos do Governo Federal. O Plano buscou fortalecer o comprometimento do país com temas como transparência dos atos governamentais, prevenção e combate à corrupção.</p>	<p>http://www.cgu.gov.br/governoaberto/no_brasil/plano-brasileiro/segundoplano/SegundoPlano.pdf http://www.cgu.gov.br/PrevencaoCorrupcao/CompromissosInternacionais/GovernoAberto/documentos/arquivos/ogp-brasil-plano_acao2.pdf</p>

<p>Planejamento Estratégico Institucional do MP (2012-2015)</p>	<p>Documento que institui e divulga o planejamento estratégico do MP. o PEI é um documento que se situa no nível estratégico, determinando as políticas e estratégias que governam a organização definindo os principais objetivos a serem alcançados.</p>	<p>http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/planejamento_estrategico/130314_planejamento_estrategico.pdf</p>
<p>PETI – Planejamento Estratégico da Tecnologia da Informação (MP)</p>	<p>Documento que institui o Planejamento Estratégico da Tecnologia da Informação no âmbito do MP.</p>	<p>http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/20130621_PETI - Revisão Final DTI-SE.pdf</p>
<p>PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação (MP)</p>	<p>Trata-se de instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação, com vistas a orientar o atendimento de necessidades tecnológicas e de informação de um órgão, entidade ou organização em determinado período.</p>	<p>http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/PDTI.pdf.</p>
<p>PORTARIA 276 SE DE 20 DE MAIO DE 2009 (CETI - Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação)</p>	<p>Institui o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação, no âmbito do MP. O CETI tem por finalidade propor políticas e diretrizes de tecnologia da informação alinhadas às estratégias do ministério, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, dentre outras atribuições.</p>	<p>https://boletim.planejamento.gov.br/boletim/atoNormativo/visualizarBoletim.htm?id=51</p>

<p>PAC - Programa de Aceleração do Crescimento</p>	<p>O PAC é um plano estratégico nacional de resgate do planejamento e de retomada dos investimentos em setores da infraestrutura de logística e social do país.</p>	<p>http://www.pac.gov.br/</p>
<p>SIGEPE - Sistema de Gestão de Pessoas</p>	<p>Novo sistema de gestão de pessoas do MP que substituirá o atual Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE). O SIAPE é o sistema computacional que mantém as bases de dados do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC) com as informações sobre os servidores públicos civis, de modo a subsidiar políticas de gestão de pessoas do governo federal. O SIPEC foi criado pelo Decreto 67.326/70. Integram o referido sistema o MP que é seu órgão central, as coordenadorias-gerais de recursos humanos dos ministérios e as unidades de recursos humanos dos órgãos e das autarquias e fundações públicas</p>	<p>http://www.sigepe.gov.br</p>
<p>SISPAC - Sistema de Monitoramento do PAC</p>	<p>Instituído pelo Decreto Nº 6.025, DE 22 de jan de 2007. o Sistema de Monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento – SisPAC, é gerido pelo MP e disponibiliza os módulos de cadastro de empreendimento e de liberação de recursos. É o sistema exclusivo para a tramitação da solicitação de autorização de empenho das ações do PAC</p>	<p>http://www.sispac.gov.br/</p>

ANEXO - IV GLOSSÁRIO

CGD: Comitê de Governança Digital responsável por recomendar a abertura de dados às unidades e setores da Fundaj, em definir os modelos de licença para os dados abertos e acompanhar a execução do PDA no âmbito da Instituição.

Dado: sequência de símbolos ou valores, representados em algum meio, produzidos como resultado de um processo natural ou artificial. Entende-se que dados são observações ou o resultado de uma medida (por investigação, cálculo ou pesquisa) de aspectos característicos da natureza, estado ou condição de algo de interesse, que são descritos através de representações formais e, ao serem apresentados de forma direta ou indireta à consciência, servem de base ou pressuposto no processo cognitivo (HOUAISS, 20013; SETZER, 20014).

Dados abertos: dados públicos representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na rede mundial de computadores e disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização, consumo ou cruzamento.

Dado público: qualquer dado gerado ou sob a guarda governamental que não tenha o seu acesso restrito por legislação específica.

-PING: Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – define um conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) na interoperabilidade de serviços de Governo Eletrônico, estabelecendo as condições de interação com os demais Poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral.

e-VoG: Vocabulários e Ontologias do Governo Eletrônico é um conjunto de padrões, ferramentas e metodologias para possibilitar: o intercâmbio de informações com acordo semântico, de forma a viabilizar o pronto cruzamento de dados de diversas fontes; o uso de metodologias de modelagem conceitual como forma de elicitação do conhecimento tácito das áreas de negócio de governo; o uso de ontologias como ferramenta para explicitar conhecimentos de maneira formal e coerente; o alinhamento conceitual das diversas áreas do conhecimento do governo. Um dos produtos do e-VoG é o Repositório de Vocabulários e Ontologias de Governo Eletrônico (<http://vocab.e.gov.br/>), local para acesso a todas as referências ontológicas do Governo Eletrônico Federal.

Formato aberto: formato de arquivo não proprietário, cuja especificação esteja documentada publicamente e seja de livre conhecimento e implementação, livre de patentes ou qualquer outra restrição legal quanto à sua utilização.

Informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato. A informação é gerada a partir de algum tratamento ou processamento dos dados por parte do seu usuário, envolvendo, além de procedimentos formais (tradução, formatação, fusão, exibição, etc.), os processos cognitivos de cada indivíduo (MACHADO, 2002; SETZER, 2001).

Licença aberta: acordo de fornecimento de dados que conceda amplo acesso para que qualquer pessoa os utilize, os reutilize, e os redistribua, estando sujeito a, no máximo, a exigência de creditar a sua autoria e compartilhar pela mesma licença.

Linked Data: conjunto de boas práticas para publicação de dados estruturados de maneira a facilitar seu compartilhamento e integração;

Metadado: informação que descreve características de determinado dado, explicando-o em certo contexto de uso.